

## O TESOURO DA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS PELA (NOVA) EDUCAÇÃO E O SETOR PRIVADO

RAQUEL PERES MACÊDO<sup>1</sup>; FRANCISCO SANTOS KIELING<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [raquelmacp@outlook.com](mailto:raquelmacp@outlook.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [franciscokielsing@gmail.com](mailto:franciscokielsing@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Sob intenso debate nacional e internacional a respeito dos novos contornos e setores sociais externos – e por vezes conservadores<sup>1</sup> - que guiaram a construção e homologação da 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (AGUIAR, 2018), no dia 2 de dezembro de 2017 o Conselho Nacional de Educação apresenta a Resolução CNE/CP nº 2/2017 que institui e orienta a implementação do documento de caráter obrigatório. Vale ressaltar que a resolução referia-se ao documento integral, mas somente no dia 14 de dezembro de 2018 o então Ministro Rossieli Soares homologou a BNCC para o Ensino Médio.

Com notável protagonismo, instituições filantrópicas, movimentos de “investimento social” e fundações de origem empresariais ditaram o tom dessas mudanças ocorridas no processo de criação das políticas públicas educacionais que nortearam a BNCC. Destacam-se a Fundação Lemman, Instituto Inspirare, Fundação Marinho, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, a Fundação Itaú para Educação e Cultura, assim como as estreitas parcerias entre essas instituições e o Movimento Pela Base (MPB) e o Todos Pela Educação (TPE), sendo este último um importante e ativo articulador dos interesses empresariais na educação.

Dando sequência à implementação, em 2019 sob o comando do Governo Bolsonaro, o MEC lançou dois documentos sobre os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), um dos pontos nevrálgicos da BNCC quando se fala em disputas ideológicas. Com os seguintes títulos “Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos” e “Proposta de Práticas de Implementação” (BRASIL, 2019), os materiais de apoio se propõem como orientações de implementação dos TCTs e revelam fraquezas no trato do tema.

A título de exemplo, no documento de contextualização, estão colocações sem nenhuma referência como “teóricos consagrados, que se interrogam sobre o futuro e a importância da educação, defendem a visão da necessária associação do conteúdo escolar com a realidade vivida” (pág. 4) e “dentre os vários pesquisadores que investigam e discorrem sobre a relevância e responsabilidade da educação, parece ser consenso que [...]” (pág. 6). Além disso, as duas únicas referências teóricas sobre os TCTs foram escritas em 2007 e 2002, isto é, em um contexto de políticas educacionais muito diferentes do que a BNCC se insere.

Ademais, a Coordenação-Geral de Temas Transversais da Educação Básica e Integral, que assina as orientações juntamente com o MEC, a Secretaria de Educação Básica e demais órgãos, foi extinta em 30 de dezembro de 2019 pelo Decreto nº 10.195/2019, gerando, portanto, um “vácuo” no suporte à implementação dos TCTs.

É dentro do cenário de aprovação da Base e das orientações deficitárias de aplicação do documento, como o apontado a respeito dos TCTs, que essa pesquisa pretende apontar possíveis resultados dessa influência e interesses políticos nas

---

<sup>1</sup> <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/Legislation/OLBrazilEducation.pdf>

relações entre os atores do setor privado empresarial que apoiam o andamento do atual projeto educacional brasileiro.

## 2. METODOLOGIA

Tendo como pressuposto que a pesquisa qualitativa na Educação constitui um avanço nas dinâmicas que envolvem o processo e a estrutura educacional, metodologicamente foram adotadas a análise documental e a revisão bibliográfica como técnicas prioritárias para a abordagem do assunto. Dentre os documentos oficiais analisados, destaca-se a BNCC e seus anexos, o Plano Nacional de Educação, as Resoluções e Pareceres do CNE e demais legislações (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Decretos e etc) que são fundamentais para os fatos apresentados. Assim como a utilização do método etnográfico-virtual para mapear os sites das ONGs, instituições, fundações e demais informações dos nomes citados.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento de pessoas-chave (**QUADRO 1**) ligadas a grupos e/ou movimentos pedagógicos empresariais de vários níveis – incluindo escolas de formação política, como é o caso do RenovaBR, e movimentos políticos reacionários como o Escola sem Partido –, leva à inferência da forte presença desses setores junto ao MEC em cargos estratégicos no projeto político educacional a partir do Governo Temer, coincidindo com os momentos de discussão, disputa, homologação e orientação de implementação da BNCC. O que, por consequência, leva à estreita relação entre setores privados/empresariais e a disputa pelo projeto pedagógico brasileiro (**QUADRO 2**), analisada a partir da presença de grandes nomes de variados ramos em mais de um movimento e/ou instituição.

**QUADRO 1 – Mapeamento de institutos/empresas/fundações/ associações pedagógicas privadas/empresariais e atuação junto ao no MEC**

NOME	INSTITUTO/ EMPRESA/ FUNDAÇÃO/ ASSOCIAÇÃO	FILIAÇÃO OU CARGO NO INSTITUTO/ EMPRESA/ FUNDAÇÃO	CARGO OCUPADO NO MEC	PERÍODO
Lucas Fernandes Hoogerbrugge	RenovaBR; TPE; Movimento Colabora Educação; Fundação Lemann	Professor; Gerente de estratégia política; integrante; ex-bolsista	Coordenador-Geral de Educação Integral	2016/2017
Teresa Pontual	Fundação Lemann; Movimento Agora; TPE	Ex-bolsista; associada; sócia efetiva	Diretoria de Currículos e Educação Integral;	2016/2017
Kátia Stocco Smole	TPE; MPB; Fundação Lemann; Instituto Reúna; Instituto Mathema	Sócia; integrante; integrante do programa Talentos da Educação; Diretora executiva; Fundadora	Secretária de Educação Básica	2018 (jun)/ 2018(dez)
Ilona Beckehazy <sup>2</sup>	TPE; Fundação Lemann	Sócia efetiva; diretora executiva;	Secretária de Educação Básica	2020(abr)/ 2020(ago)
Amábile Pácios	Federação Nacional de	Ex-presidente da FENEP e	Conselho Nacional de	2020/atual

<sup>2</sup> A ex-Secretária, juntamente com Carlos Nadalim e o ex-Ministro, foram os responsáveis por formular a lista de indicações ao Conselho Nacional de Educação antes do pedido de exoneração deste em 2020, com o objetivo de manter as políticas públicas educacionais alinhadas ideologicamente ao projeto de governo.

	Escolas Particulares (Fenep); Escola sem Partido	empresária do ramo educacional; apoiadora	Educação	
Gabriel Giannattasio	Escola sem Partido	Apoiador	Conselho Nacional de Educação	2020/atual
Valseni José Pereira Braga	Rede Batista de Educação; Associação Nacional de Escolas Batistas	Diretor-geral; Presidente	Conselho Nacional de Educação	2020/atual
Suely Melo de Castro Menezes	Colégio e das Faculdades Integradas Ipiranga	Diretora Geral	Conselho Nacional de Educação	2020/atual
Mozart Neves Ramos	TPE; Instituto Ayrton Senna	Sócio fundador e conselheiro de governança; Diretor de Inovação e Articulação	Conselho Nacional de Educação	2020/atual
Maria Helena Guimarães de Castro	TPE	Sócia fundadora	Conselho Nacional de Educação (Presidente)	2020/atual

## QUADRO 2 – Relação entre o setor privado/empresarial e movimentos educacionais

NOME	INSTITUTO/FUNDAÇÃO/EMPRESA	MOVIMENTO/INSTITUTO
Anna Penido Monteiro	Diretora do Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação; diretora-executiva do Instituto Inspirare	Sócia efetiva do TPE; conselheira consultiva do MPB
Claudia Costin	Diretora do CEIPE/FGV; ex- Diretora Global de Educação do Banco Mundial	Sócia fundadora do TPE; conselheira consultiva do MPB
Denis Mizne	Diretor-geral da Fundação Lemann	Sócio efetivo da TPE; conselheiro consultivo do MPB
Ricardo Henriques	Superintendente Executivo do Instituto Unibanco	Membro do conselho consultivo do MPB; conselheiro de Administração do TPE
Viviane Senna	Presidente do Instituto Ayrton Senna	Parceira do MPB pelo Instituto Ayrton Senna; conselheira e sócia fundadora do TPE
Ana Amélia Inoue	Consultora do Itaú Educação e Trabalho, assessora de Educação do Itapu BBA; diretora do Centro de Estudar Acaia Sagarana do Instituto Acaia	Conselheira consultiva do MPB; Presidente do Conselho de Governança e sócia efetiva do TPE
Jorge Gerdau Johannpeter	Presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau	Membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium; Fundador e presidente por 10 anos do Conselho de Governança do TPE, atualmente figura como sócio e conselheiro fundador
Jorge Paulo Lemann	Fundação Lemann; dono da Escola Eleva; Cofundador e membro do conselho da Fundação Estudar; dono da AblnBev e de outras empresas sob o 3G Capital, controlador de redes como o Burger King e a Heinz, que é sócio	Sócio fundador do TPE; Presta apoio institucional ao MPB e vários das fundações e instituições mencionadas por meio da Fundação Lemann

## 4. CONCLUSÕES

As políticas públicas educacionais no Brasil se constituem historicamente como espaço de disputa entre setores distintos da sociedade. Nesse sentido, ao considerar a pluralidade social e as particularidades que se inserem em um país continental que se propõe a oferecer, nos termos da lei, uma educação pública, gratuita e de qualidade, é esperado que o embate aconteça. Entretanto, observando as sucessivas reformas que desprestigiaram os direitos sociais a partir de 2016, com a nova configuração da política brasileira, a sociologia – com ênfase na sociologia da educação – encontra no certame em torno da criação e alteração das legislações e documentos educacionais, uma fonte de análise crítica ao teor da participação de determinadas categorias na esfera pública. (ADRIÃO; PERONI, 2018)

Como aponta Adrião (2018), esses grupos, caracterizados como “braços sociais” de corporações, somam-se aos *filantropos de risco*: “segmentos que se apresentam como não lucrativos, apesar de atuarem em conformidade com interesses do mercado”.

Em uma conjuntura política de articulação dos setores privados interessados em políticas públicas, é possível apreender que a atuação crescente desses grupos está alicerçada em uma política de governo que abra mão ou siga precarizando seguimentos basilares, como a educação, para que seja necessária e cada vez mais frequente parcerias público-privadas com essas organizações. Não por acaso, assim como a narrativa de que a BNCC é um projeto de Estado e que por isso transcende governos (AGUIAR, 2018), esses braços sociais filantrópicos se colocam como plurais e apartidários a todo o momento. Entretanto, considerando os projetos empresariais e suas raízes meritocráticas, sua constante reivindicação por medidas de austeridade (que mire, segundo a lógica de mercado, os mais vulneráveis), a facilidade com que defende reformas e desregulamentações, há certa contradição nessa afirmação.

Não por acaso, as várias dimensões da disputa empresarial pela educação possivelmente incidiram em aspectos conceituais, epistemológicos e metodológicos, assuntos caros ao desenvolvimento de políticas educacionais democráticas e inclusivas. A título de exemplo, na já referida Resolução CNE/CP nº 2/2017 consta em seu Art. 3º a transformação de “direitos e objetivos de aprendizagem” para “competências e habilidades”, evidenciando um deslocamento do conhecimento para “às noções de know-how, [que] é própria dos contextos de produção do sistema neoliberal. (MACÊDO, 2021).

Nesse sentido, os desdobramentos dessa pesquisa tendem a identificar como esses grupos participam ativamente na política em curso, tendo como hipótese duas frentes de atuação: a “desobrigação” do Estado com uma educação pública, gratuita e de qualidade; e a “terceirização” da educação pública para participarem – e lucrarem – com a gestão privada de recursos públicos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais.** Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018

AGUIAR, Márcia A. da S. **Política Educacional e a Base Nacional Comum Curricular: o processo de formulação em questão.** Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 3, p. 722-738, set./dez. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: propostas de práticas de implementação.** Brasília: MEC, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos.** Brasília: MEC, 2019.

MACÊDO, Raquel Peres. A Psicopolítica de Byung-Chul Han e a Educação Brasileira: rastros do poder inteligente do neoliberalismo na BNCC. In: **Pluralidade e Educação.** Jucineide de Carvalho, Rafael Ribeiro, Rodrigo Chaves e Rosângela Tremel (Org.). Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021, p. 514-518.

PERONI, Vidal. ADRIÃO, Theresa. **Apresentação da seção temática: privatização da Educação Pública.** Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 5-7, jan. 2018.